TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano II – nº 11 – Junho de 2002

ISO 9002

Assembléia Legislativa conquista qualidade

MOISÉS BARBOSA



Romário Dias (e) e João Negromonte trabalharam pelo ISO 9002

A Assembléia Legislativa acaba de receber a certificação ISO 9002 referente aos serviços administrativos. O título é inédito nas Casas Legislativas do País e foi obtido após dez meses de adequação às normas do Programa de Gestão de Qualidade.

Págs. 4 e 5



CPIs colaboram com a sociedade

Ao lado das Comissões Permanentes e das Especiais, as CPIs despontam como mais um espaço para discussões, defesa de idéias e contribuição com a cidadania.

Pág. 03

Escola capacita funcionários da AL

Relatório da Escola do Legislativo indica que, no ano passado, 543 funcionários foram capacitados. Os cursos foram ampliados em 2002 e atingem diversos setores e departamentos.

Pág. 06

Grupo reestrutura Rio São Francisco

Parlamentares pernambucanos integram a Comissão que estuda a reestruturação do Rio São Francisco.Um documento foi elaborado contendo as sugestões dos deputados.

Pág. 07

Projeto Ícones será lançado em agosto

A série Ícones Pernambucanos, com volumes sobre literatura, artes plásticas, esportes, artesanato, música, cinema e teatro, será lançada no próximo mês de agosto.

Pág. 08

EDITORIAL

Prova de eficiência

Diante da crescente organização da sociedade, de sua participação e reivindicação, tem sido constante a busca do aperfeiçoamento das instituições públicas, dos órgãos privados. Isso reflete a busca de melhoria da qualidade dos produtos, dos serviços, o que requer o melhoramento dos recursos materiais e humanos ligados ao setor público ou às empresas, bem como critérios e normas de avaliação das medidas adotadas com tal objetivo.

As normas nesse campo são rigorosas, de forma a garantir o acompanhamento e a inspeção dos órgãos que visam atender ao interesse público. Assim, os gestores de organismos privados, do Estado, têm instrumentos para intervir e corrigir falhas, deficiências, ajudando o controle de qualidade e alcançando o objetivo de atender à sociedade nos seus anseios de melhoria de produtos e serviços.

Nesse sentido, a Presidência da Assembléia, a Mesa Diretora, vem investindo na modernização dos seus recursos materiais, na qualificação dos recursos humanos, com medidas que se refletem no trabalho dos parlamentares, no atendimento das pessoas ou entidades. É prova da busca de modernizar a estrutura do Poder, a administração, e obter êxito quanto ao objetivo de interação com a sociedade, de agir com eficiência no encaminhamento e solução dos seus problemas.

Essa conquista da atual gestão, que exigiu esforço e dedicação, reflete-se no certificado de qualidade, no ISO 9002, instrumento que serviu de base para avaliar a extensão e alcance das medidas adotadas. Elas resultaram em melhoria do funcionamento nos gabinetes, no atendimento ao público, enfim na prestação de serviços, atendendo portanto, à meta traçada para tornar o Poder mais eficiente e dotado de condições adequadas, modernas, eficientes.

O Poder Legislativo está agora num processo de controle que avança, com instrumentos para aferir os indicadores e registro dos diversos estágios de sua prestação de serviços. Assim, a Assembléia dispõe de mecanismos para levar adiante sua missão de interagir com a sociedade, não só através do debate, da crítica ou sugestão, mas sobretudo na tarefa de informar, encaminhar, agir para atender aos pleitos da sociedade e buscar soluções visando o bem público.

Com efeito, a norma ISO 9002 faz parte de um conjunto que permite melhorar a prestação dos serviços da instituição e garantir o fortalecimento de sua imagem no Estado. Não somente com uma casa democrática, de tradição e lutas, mas um instrumento da representação popular que cresce no objetivo de se firmar como padrão de eficiência, de melhoria dos serviços e de atendimento aos anseios de modernização e avanço, em benefício do conjunto da sociedade.

EXPEDIENTE

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Afonso Ferraz; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Antônio Mariano; **3º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Secretário**, Deputado Jorge Gomes. **Diretor do Departamento de Comunicação Social,** José Tomaz Filho; **Chefe da Divisão de Imprensa:** Marconi Glauco. **Editora:** Ana Lúcia Lins. **Redatores:** Antônio Azevedo, Christianne Alcântara, Marconi Glauco, Nagib Jorge Neto, Natália Tavares, Pedro Marins. **Estagiários:** Carlos Augusto Percol e Pedro Saldanha. **Revisão:** Christianne Alcântara e Marconi Glauco. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Fotógrafos:** Breno Laprovitera, Fernando Ferreira, Moisés Barbosa e Roberto Soares.

Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368/3221-9375. Fax 3221-9357. PABX 3217-2211. **E-mail:** *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

Nosso endereço na Internet *http://www.alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

MOISÉS BARBOSA



Pereira: estrutura fundiária e poder político regional são autoritários

Reforma Agrária no Brasil

Nelson Pereira *

É lamentável que, em pleno século XXI, o Brasil ainda não tenha realizado sua reforma agrária, mantendo intacta essa estrutura social arcaica e antidemocrática. Tal estrutura funciona como uma lógica excludente. A elite brasileira parece resistir às mudanças necessárias à construção de uma sociedade moderna, descentralizando poder e riquezas. Mostra-se incapaz de redefinir as relações sociais contemporâneas, mantendo uma formação social brasileira que reflete uma estrutura fundiária e um poder político regional de natureza autoritária.

Mesmo na lógica do capitalismo, todos os países centrais modernizaram suas estruturas ou formação social a partir da reforma agrária. Experiências históricas comprovam que a democratização no acesso à terra gera emprego e renda. Quanto aos chamados países periféricos, as elites parecem ser incapazes de impulsionar as transformações sociais com o objetivo de perpetuarem-se no poder de herança colonial.

Em nosso Brasil, especialmente na região Nordeste, vinga uma tendência exorbitante de concentração de terra e, por conseguinte, de riquezas. Estatisticamente, 12,5% dos proprietários de imóveis rurais de grande porte ocupam 87% da área total. Predominando, portanto, o latifúndio.

Em Pernambuco, o quadro é semelhante. Os proprietários de imóveis rurais de grande porte também ocupam cerca de 80% da área total, restando 20% da área para mais de 80% dos pequenos proprietários. Ordem inversa: um baixo número de imóveis ocupa uma vasta extensão de terras entre pouquíssimos proprietários rurais e um grande número de proprietários ocupa uma ínfima extensão de terras.

Entendendo-se que terra é um instrumento social que significa poder político e econômico, pode-se dizer que a natureza do poder político regional no Brasil, por exemplo, é oligárquica e, sobretudo, de caráter privado/familiar. Essa natureza é que tem definido o mandonismo local na vida política brasileira e que tem conseguido perpetuar-se através de suas práticas clientelistas e assistencialistas.

O Nordeste tem mantido uma formação social latifundiária, com uma esfera pública que reflete hegemonicamente um poder privado/familiar e uma permuta partidária dentro do campo político tradicional que sufoca e reprime posições políticas divergentes. O mesmo acontece em relação a setores da sociedade civil organizada, como os movimentos sociais e populares que se contrapõem a essa formação social antidemocrática.

Ao seu modo, a elite brasileira tem demonstrado uma capacidade aliancista que garante sua reprodução histórica. Essas características do poder político regional criam relações de dependência entre as elites e os segmentos populares, as quais produzem crenças de lealdades (compadrio) e de garantias de privilégios. Precisamos, portanto, democratizar o acesso à terra através da reforma agrária, para com isso gerar emprego e renda no Brasil.

* *Deputado estadual e líder do PCdoB*

COMISSÕES

CPIs abrem espaço à cidadania

Além da participação em Plenário, debatendo, votando leis e fiscalizando o uso do dinheiro público, os parlamentares desempenham suas funções legislativas atuando nas 12 Comissões Temáticas Permanentes da Assembléia Legislativa e, ainda, nas Temporárias, que podem ser as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e as Comissões Especiais. Como instrumento para averiguação de irregularidades e sugestão de políticas públicas, as CPIs já se consagraram com resultados concretos, como a recente avaliação da qualidade dos combustíveis, realizada pela CPI da Adulteração dos Combustíveis.

Através da CPI da Violência, que encerrou seus trabalhos no último dia 9 de maio, os deputados puderam analisar os motivos da lentidão nos inquéritos policiais e nos processos criminais e, principalmente, sugerir medidas para solucionar os problemas identificados. "A CPI só tem razão de existir se nas suas conclusões, trouxer propostas de alterações das normas vigentes e sugestões de políticas públicas que contribuam para transformar a realidade", destacou o presidente da CPI da Violência, deputado Pedro Eurico (PSDB).

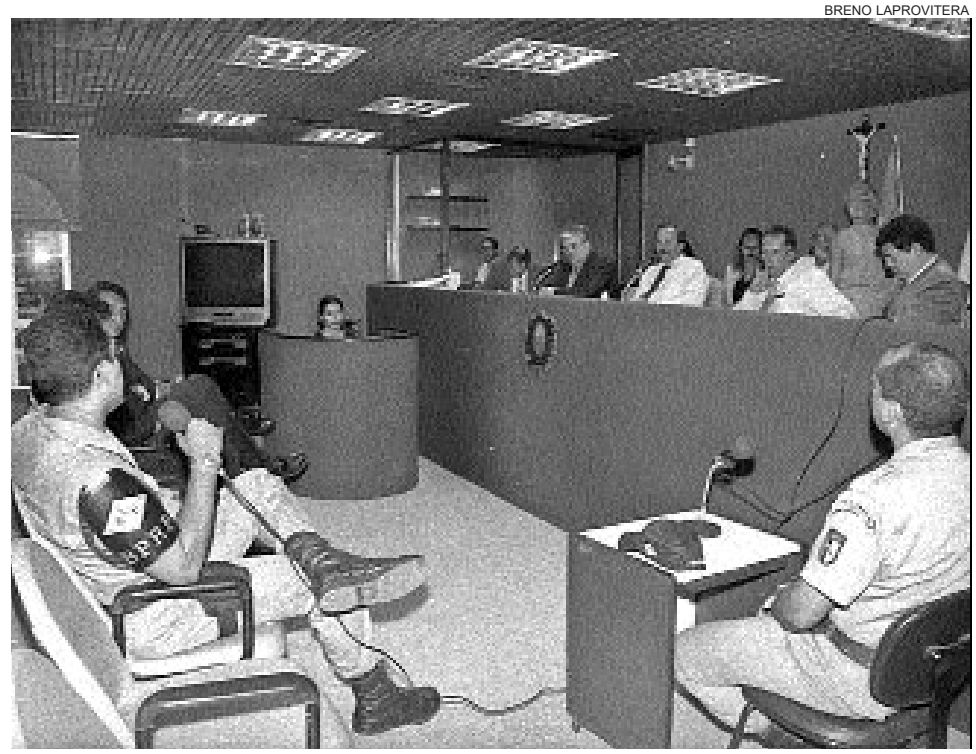
Além das Comissões Permanentes, as CPIs e as Especiais debatem importantes temas na Assembléia

No relatório preparado e apresentado pelo deputado Marcantônio Dourado (PMDB), constam sugestões objetivas para a melhoria da qualidade do sistema de segurança e defesa social de Pernambuco. Exemplo disso é a proposta de criação de um Fundo Estadual de Segurança Pública, através de convênios com as prefeituras, para assegurar ações concretas de melhoria das condições de trabalho e salário dos policiais civis e militares, com atualização de equipamentos.

"Sugerimos também a ampliação do programa especial para aquisição da casa própria por policiais, em terrenos públicos, e, ao mesmo tempo, estimulando a educação formal, a pesquisa científica e a profissionalização do policial", ressaltou Dourado.

A CPI da Violência aprofundou o debate em relação a problemas como a vinculação de policiais a empresas de segurança privada (na qualidade de donos ou sócios) e recomendou a investigação e a repressão dessa prática ilegal. O Poder Judiciário, por sua vez, apresentou à CPI justificativas para a morosidade nos processos, ressaltando as dificuldades enfrentadas por falta de pessoal administrativo, defensores públicos, promotores e juízes, além de ter cobrado a necessidade de reforma do Código Penal.

BRENO LAPROVITERA



A CPI da Violência apresentou sugestões para minimizar o problema

Dourado também incluiu no relatório medidas que precisam de decisão do Legislativo Federal, como a existência de duas férias forenses por ano, a falta do instituto da Súmula Vinculante (medida que permite a aplicação imediata de decisões dos Tribunais Superiores na Justiça Estadual) e a criação de um órgão específico de controle externo das atividades administrativas da Justiça.

Também foi proposta a elaboração de um sistema integrado de informação de Justiça e Defesa Social, para registro das ocorrências (queixas ou notícias crimes), até o cumprimento da pena ou absolvição, além de medidas educativas para reduzir o consumo de álcool e drogas entre os jovens.

Qualidade da água é tema de Comissões

ROBERTO SOARES



A Comissão de Jucazinho constatou que a água precisa de tratamento

Criada com a função de investigar a qualidade da água consumida pelos pernambucanos, a CPI da Água Mineral já demonstrou, na prática, sua utilidade ao localizar e interditar empresas que vendiam o produto falsificado e outras que usavam plástico reciclado na fabricação dos garrafões de 20 litros, o que é proibido por lei.

Mais resultados objetivos devem surgir quando da conclusão do relatório e da apresentação de sugestões para tornar mais rígida a legislação e mais atuante a fiscalização da Vigilância Sanitária Estadual. "Nossa intenção é contribuir para que o engarrafamento e a venda da água atendam os padrões de higiene e segurança, garantindo a saúde da população", destacou o presidente da CPI, deputado Sérgio Pinho Alves (PSDB).

JUCAZINHO — A preocupação com a saúde do cidadão levou um grupo de parlamentares a constituir uma Comissão Especial com objetivo de investigar a qualidade da água do Sistema de Jucazinho, que será responsável pelo abastecimento de Caruaru e de mais 13 municípios do Agreste. Depois de quatro meses de trabalho, os deputados concluíram que a água tem condições de consumo, desde que receba o tratamento adequado.

Através de uma Comissão Especial estão sendo desenvolvidas na Casa Joaquim Nabuco debates para formulação de dois projetos importantes: o que cria a Comissão e o Código de Ética, que já está concluído, e o que visa à atualização do Regimento Interno. Também está funcionando no Legislativo uma Comissão Especial encarregada de propor alterações no Sistema de Incentivo à Cultura.

ISO 9002

Administrativo foi o 1º a recel

A satisfação e o sentimento do dever cumprido ainda ecoam pelos corredores da Assembléia Legislativa, um mês depois da conquista do certificado ISO 9002 pela qualidade dos serviços prestados por parte do setor administrativo. A Alepe é a única Casa Legislativa do País a obter esse tipo de certificado, conseguido após dez meses de trabalho, com a implantação do Programa de Gestão para Qualidade Total. O certificado foi outorgado no mês passado pela empresa ABS Quality Evolution, responsável pela auditoria, diante do vice-presidente Henrique de Paula e do gerente Anderson Jacintho.

O presidente da Assembléia, deputado Romário Dias (PFL), destacou o empenho dos professores da UPE que realizaram o treinamento de capacitação dos servidores e ressaltou também a qualidade dos funcionários, fato constatado pela auditoria. "Os servidores mostraram que são os melhores quadros dos setores administrativo e financeiro, e que estão aptos a trabalhar em qualquer empresa pública ou particular do País", disse o presidente.

Casa é a única do País a obter o ISO 9002 pelos serviços administrativos prestados à sociedade

Para o primeiro-secretário, deputado João Negromonte (PMDB), "o fato representa um grande avanço no esforço de todos que têm contribuído para o trabalho primoroso que vem sendo implantado nesta Casa". O parlamentar destacou ainda o fato de o certificado obtido pela Assembléia ser de validade internacional, enquanto o documento proferido a diversas entidades particulares ser de âmbito nacional. Negromonte enfatizou o cumprimento de todas as exigências da auditoria por parte da Assembléia e destacou a importância do ISO 9002. "Esse fato não é uma conquista da Mesa Diretora nem de ninguém em específico, e sim desta Casa, de todos os seus funcionários e, principalmente, do Estado de Pernambuco", acrescentou o deputado.

O idealizador da Escola do Legislativo e presidente da Comissão de Educação, deputado Gilberto Marques Paulo (PSDB), disse que sente orgulho por ter participado desse processo. "Esse acerto da Mesa Diretora eleva a Assembléia ao mais alto nível possível, respeitando o conteúdo ético e o trabalho sério que vem sendo implantado nesse sentido", disse o deputado. Marques Paulo também fez menção ao esforço dos servidores. "Louvo os funcionários desta Casa, pois mostraram eficiência e ainda querem o melhor para o serviço público, que normalmente não é de qualidade", frisou o parlamentar.

BRENO LAPROVITERA



A auditora Ana Carolina ressaltou a política de vanguarda implantada na Alepe

A auditora da ABS Quality Evolution, Ana Carolina Nunes Inojosa, que deu o parecer favorável, destacou o ineditismo do fato. "É uma honra ter participado desse processo incomum, que só foi possível em virtude da cordialidade, empenho e transparência de todos que trabalham aqui". A auditora disse ter passado por todos os Departamentos da Assembléia e citou os pontos de avaliação que mais influenciaram no resultado. "Esta Casa tem adotado uma política de vanguarda, que é o desafio da melhoria contínua, apresentando indicadores de desempenho e eficiência, surpreendentes para uma entidade pública", disse a auditora. Ela destacou a tecnologia usada e o setor de Preservação de Patrimônio como os dois serviços mais fortes da AL, o que, segundo ela, "não deve nada a nenhuma grande empresa do Brasil".

Ana Carolina, no entanto, ressaltou a questão humana como "a mais importante de todas". "Impressionou-me muito a motivação, o compromisso e a interação de todos os funcionários da Casa. Tudo isso acompanhado de perto pela diretoria, cujo empenho possibilitou à Assembléia estabelecer um marco na história do Estado", acrescentou. A coordenadora do Programa de Qualidade Total e professora da UPE, Fátima Resende, também falou sobre a obtenção do certificado. "Essa vitória só foi possível graças ao pioneirismo da diretoria e à dedicação dos funcionários", disse. "A UPE só foi um guia para a padronização dos bons serviços que já eram prestados na Assembléia", completou.

MANUAL — O Programa de Qualidade implantado pela Assembléia, há dez meses, com o objetivo de obter o certificado de excelência ISO 9002, foi dividido em módulos. No primeiro, foram elaboradas as rotinas de trabalho, com o objetivo de conseguir a padronização e uniformização do atendimento. "Os servidores elaboraram, conjuntamente, o Manual da Qualidade dos Serviços respaldados pelo sistema ISO 9002", explicou Fátima Resende. Além da Diretoria de Assistência Administrativa e do Departamento de Patrimônio, o Programa de Qualidade vai chegar aos demais setores da Casa ainda este ano. O objetivo é conseguir o ISO 9002 para toda Alepe até o final de 2002.



A solenidade comemorativa ao ISO

"Conquista

Uma das servidoras mais entus
madas com a conquista do ISO 9002
é Marlene Guedes de Moura. Chefe
Seção de Portaria e funcionária púb
há 25 anos, ela ressaltou a importân
da iniciativa da Assembléia Legisla
para a própria instituição e tamb
para os servidores. Durante entrev
concedida ao **Tribuna Parlament**
ela destacou o impacto do Programa
Qualidade implantado pelo Po
Legislativo.

Tribuna Parlamentar — Qua
a relevância do ISO 9002 para a A
sembléia?

Marlene — *A conquista do c
tificado ISO 9002 colaborou para
criar a mentalidade entre os func
nários de que a melhoria dos servi
precisa ser uma preocupação co
nua. Além disso, o Programa de Qu
dade estimula uma seqüência de
perações.*

...ber certificação

FERNANDO FERREIRA



...9002 contou com o pronunciamento de Anderson Jacintho, da ABS Quality Evolution

...mudou nossa mentalidade"

...s-
...94
...da
...ca
...ia
...va
...m
...ta
...**r**,
...de
...er

...é
...s-

...r-
...se
...o-
...os
...í-
...li-
...u-

TP — A garantia do certificado pode ajudar a mudar a imagem do serviço público?

Marlene — *Com certeza. A partir dessa política, o funcionário público pode mostrar sua capacidade e, com isso, sentir-se mais estimulado, desenvolvendo-se profissionalmente. Isso afasta aquela imagem retrógrada de que o servidor público não trabalha.Se o funcionário cresce, a qualidade dos seus serviços também muda.*

TP — E agora? Quais são as perspectivas depois da certificação?

Marlene — *O certificado foi só o pontapé inicial. Nada vai parar por aí. Mudou o sistema de trabalho, a postura dos funcionários, houve uma maior interação entre os diversos setores da Casa e a expectativa é não perder o certificado de vista, já que, de seis em seis meses, vamos sofrer uma nova avaliação. As perspectivas, então, dizem respeito à manutenção do sistema implantado.*

ROBERTO SOARES



Marlene: crescimento dos servidores

Conheça o bê-a-bá do certificado ISO 9002

O QUE É ISO?

É a federação mundial dos organismos de normalização, fundada em 1947, que conta com 134 países membros. O Brasil é um dos membros fundadores. Em sua história, a ISO já publicou mais de 12.500 normas técnicas.

O QUE É NORMALIZAÇÃO?

É uma atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto.

O QUE É CERTIFICAÇÃO?

É um conjunto de atividades desenvolvidas por um organismo, independente da relação comercial, com o objetivo de atestar publicamente, por escrito, que determinado produto, processo ou serviço está em conformidade com os requisitos especificados. Estes requisitos podem ser: nacionais, estrangeiros ou internacionais.

As atividades de certificação podem envolver: análise de documentação, auditorias/inspeções na empresa, coleta e ensaios de produtos, no mercado e/ou na fábrica, com o objetivo de avaliar a conformidade e sua manutenção.

Não se pode pensar na certificação como uma ação isolada e pontual, mas sim como um processo que se inicia com a conscientização da necessidade da qualidade para a manutenção da competitividade e conseqüente permanência no mercado, passando pela utilização de normas técnicas e pela difusão do conceito de qualidade por todos os setores da empresa, abrangendo seus aspectos operacionais internos e o relacionamento com a sociedade e o ambiente.

O QUE É CERTIFICADO ISO 9000?

O certificado é o documento que atesta a conformidade do Sistema da Qualidade implantado em uma empresa, de acordo com os requisitos das normas da série NBR ISO 9000 (ISO 9000). A implantação do Sistema da Qualidade destina-se prioritariamente à obtenção da satisfação do cliente, pela prevenção de não-conformidades em todos os estágios, desde a produção até os serviços associados (assistência técnica).

QUAIS AS VANTAGENS DO CERTIFICADO ISO 9002?

Clientes: assegura aos clientes a confiabilidade da qualidade dos produtos e serviços.

Empresa: gera maior credibilidade junto ao cliente e aos fornecedores, visando à expansão de mercado e à competitividade, mantendo sobre equilíbrio os fatores técnicos, administrativos e humanos.

Funcionários: gera qualidade nos serviços, com treinamento, responsabilidade e envolvimento de toda a equipe.

RESUMINDO:

O ISO 9002 é um sistema modelo para garantia da qualidade em produção, instalação e serviços, controlado por uma organização internacional de normalização, composta por vários países e vários comitês técnicos, e faz parte de um conjunto de normas de Garantia da Qualidade (ISO série 9000). O objetivo de tais normas é garantir a satisfação dos clientes por meio da prevenção de falhas (ou não-conformidades) em todos os estágios do serviço sob consideração.

É importante ressaltar que a norma ISO 9002, assim como a norma ISO 9001, não certifica produtos. Portanto, não existe um produto certificado pela ISO 9002, mas sim um processo que garante o atendimento às exigências do cliente em relação ao produto adquirido. No caso do certificado concedido à Assembléia Legislativa, o "produto adquirido" é o serviço prestado pelos funcionários da Casa.

Para conseguir o certificado, a empresa passa por uma auditoria, realizada por empresas certificadoras, e auditorias periódicas após a certificação. A Assembléia Legislativa foi auditada pela ABS Quality Evolution, que a cada seis meses, durante os próximos três anos, fará novas auditorias na Casa. Caso o sistema de qualidade não esteja sendo plenamente implementado, a Casa perde a certificação. O importante agora é assegurar a manutenção e continuidade da qualidade através dos requisitos da norma.

EDUCAÇÃO

Escola capacitou 543 funcionários

A Escola do Legislativo publicou, no mês passado, o Relatório de Atividades de 2001 e o Plano de Ação para este ano. De acordo com a publicação, a Escola ofereceu 543 vagas em cursos de capacitação para os servidores no ano passado. "O programa de formação foi desenvolvido levando-se em consideração o levantamento realizado pela Fundação Joaquim Nabuco, bem como as demandas apresentadas ao longo do ano pelos diversos segmentos do Poder Legislativo", afirma o diretor da entidade, Fabrício Guedes Alcoforado. Para este ano, o Plano de Ação da Escola prevê a realização de 29 cursos, num total de 1452 vagas oferecidas - 911 vagas a mais que em 2001.

Mas o trabalho da Escola do Legislativo não se resume apenas à área de ensino. Segundo o coordenador pedagógico da entidade, Manoel Leonardo Santos, as atividades pedagógicas foram divididas em três áreas: programa de formação, que inclui os cursos oferecidos; eventos e programas especiais. Em 2001, por exemplo, a Escola realizou três eventos importantes: primeira conferência do Ciclo de Debates, com o professor da Universidade de Coimbra (Portugal) Armando Malheiro, sobre o tema Gestão Documental no Parlamento; I Encontro Nacional de Escolas do Legislativo, que foi realizado aqui no Recife e contou com a participação de representantes de Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará; palestra "A Importância da Formação do Líder Político", com o vice-presidente do Institute Carl Vinson, da Universidade da Geórgia (EUA), Steve Wrigley.

De acordo com o relatório, todo esse trabalho da Escola do Legislativo tem tido como "mola propulsora" o intercâmbio institucional, através da cooperação técnica com instituições como as Escolas dos Legislativos de Minas Gerais e Santa Catarina, o Inesp (Instituto de Estudos e Pesquisa sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará), Fundação Joaquim Nabuco, Universidade de Pernambuco (UPE), Carl Vinson Institute of Government - Universidade da Geórgia (EUA) - e o Instituto Legislativo Brasileiro, do Senado Federal.

DIRETRIZES - Para a elaboração do Plano de Ação deste ano, a Escola do Legislativo de Pernambuco elegeu as quatro diretrizes básicas que vão norteá-lo: a valorização do Poder Legislativo; a melhoria da qualidade na prestação do serviço público; consolidação e ampliação das ações da Escola e das iniciativas partilhadas com os outros Poderes.

"A valorização e o fortalecimento do Legislativo são, sem dúvida, as questões centrais, sobre as quais se fundamentam as ações enumeradas", explica Alcoforado. A escolha tem sentido. De acordo com o presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembléia Legislativa, deputado Gilberto Marques Paulo (PSDB), a qual está vinculada a instituição, o Poder Legislativo tem tido "uma espécie de encolhimento" em relação aos demais Poderes, "com sérios prejuízos à democracia". "Seguramente, o problema que mais me incomoda, na minha atuação como parlamentar nos últimos sete anos, é a relação Legislativo/Executivo. Uma espécie de hipertrofia do Poder Executivo parece ter-se formado, ou se agravado, com conseqüências funestas para o equilíbrio necessário entre as instituições democráticas e, por extensão, para o avanço da própria democracia", assegura. E ele aponta a criação da Escola como "importante instrumento" de apoio ao fortalecimento do Poder Legislativo. "A ampliação do espectro de ação dos parlamentares e o desenvolvimento técnico do servidor público do Poder Legislativo têm um papel importante no desenvolvimento institucional", completa Marques Paulo.

MOISÉS BARBOSA



Alcoforado destaca que cursos auxiliam o fortalecimento do Legislativo

A melhoria da prestação do serviço público constitui também uma forte preocupação no trabalho da Escola. Por conta disso, a direção da entidade acredita que a ampliação da atuação política dos parlamentares e o desenvolvimento técnico/profissional do servidor do Poder Legislativo "ajude a impactar positivamente essa prestação de serviço". Para tanto, a Escola está sendo inserida no Programa de Qualidade da Alepe, com previsão de certificação para o segundo semestre.

Dentro dessa perspectiva, a programação dos cursos que serão oferecidos em 2002 (alguns já foram iniciados) contempla um Plano Anual de Treinamento. Informações estão disponíveis no site da Alepe.

Convênio com GP possibilita conclusão de cursos

A Alepe - através da Escola do Legislativo - assinou convênio com a Secretaria de Educação do Estado e a Fundação Roberto Marinho para diplomar os seus alunos. Segundo a parceria, o Ginásio Pernambucano (GP) fica estabelecido como unidade certificadora dos estudantes dos telecursos promovidos pela Escola. Assim, os alunos passam a ser oficialmente integrantes do colégio estadual.

"Institucionalmente não caberia a nossa escola promover a diplomação. Através desse projeto, os alunos poderão ter protocolado as conclusões do primeiro e segundo graus do ensino médio e fundamental", explica o diretor da Escola do Legislativo, Fabrício Alcoforado. Segundo ele, o GP foi escolhido em virtude de sua localização (fica próximo à Assembléia) e à sua história.

Fundado em 1º de setembro de 1825, o ginásio já teve várias sedes, nomes e determinações pedagógicas. Foi um dos mais famosos educandários da história de Pernambuco, já tendo sido motivo de visita do Imperador Dom Pedro II, sendo reconhecido, principalmente, pela qualidade dos seus professores. Entre eles, o ex-governador do Estado Agamenon Magalhães.

Como dado importante, pode-se destacar que o convênio já está em vigor. Através dele, fica estabelecido que, além da diplomação, os professores do Estado também são responsáveis pela correção das provas do telecurso. Vale ressaltar, também, que até agora todos os alunos da Escola do Legislativo foram aprovados nos testes, sendo os monitores do curso também da Casa.

"Esses dados são gratificantes e mostram a eficiência do trabalho que estamos implementando", afirma Alcoforado. Apesar de não estar prevista em contrato, não se pode descartar a utilização do espaço físico do Ginásio. De certo, está a construção de duas salas modeladas no Anexo II da AL. "A Diretoria Geral da Casa já foi solicitada para execução da obra, muito importante para obtenção do ISO 9002", conta o diretor da Escola.

Quanto ao convênio, Alcoforado acredita que ele tem rendido bons frutos à Escola do Legislativo. "A importância desse projeto se dá na própria existência do telecurso, que é uma oportunidade para aqueles funcionários que não puderam terminar os seus estudos no tempo normal. Agora, eles têm a garantia de conclusão através desse convênio com a Secretaria de Educação, com interveniência do Ginásio Pernambucano", opina.

REGIONAL

Comissão quer viabilizar Rio São Francisco

O Rio São Francisco e sua importância para a economia da região Nordeste. Essa é a bandeira levantada pela Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco. Presidida pelo deputado e presidente da Assembléia Legislativa de Sergipe, Bosco Costa, a Cipe - São Francisco foi criada há 10 anos e, em Pernambuco, é representada pelos deputados Diniz Cavalcanti (PMDB), Geraldo Coelho (PFL) e Ranilson Ramos (PPS). A Cipe defende o reconhecimento do "Velho Chico" como fator de renda e desenvolvimento para os estados nordestinos.

Nesse sentido, uma moção foi aprovada durante a última reunião da Comissão. O documento foi entregue ao Governo Federal, com o objetivo de angariar recursos para o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco. O Fundo alocaria recursos constitucionais, durante 20 anos, para a execução do projeto que se divide em cinco pontos primordiais:

1 — Revitalização do Rio: o curso do São Francisco banha 510 cidades (cerca de 10% dos municípios brasileiros), a grande maioria delas despeja dejetos nas águas e desmata a vegetação ribeirinha, o que destrói e assoreia cada vez mais o Rio;

2 — Criação da Hidrovia do São Francisco Definitivo : com quase 1.600 km navegáveis, a hidrovia diminuiria os custos do escoamento de produtos, principalmente as agrícolas, que, ao invés de circularem pelas rodovias, utilizariam o leito do Rio para o transporte. O custo do transporte da produção de soja do oeste da Bahia e dos estados de Goiás e Minas Gerais seria reduzido pela metade, passando pela Transnordestina (depois que for viabilizada) e o Porto de Suape, ao invés de fazer todo o percurso de caminhão até o Porto de Santos, em São Paulo. Além disso, o pólo gesseiro também teria uma economia de 80% na venda dos seus produtos;

3 — Geração de energia: com o desvio do rio do Sono, em Goiás, para o São Francisco, através do rio Preto, a vazão passaria de 2.500m^3 para 2.900m^3, o que garantiria a barragem de Sobradinho sempre cheia, "apagando-se" de vez a hipótese do racionamento de energia elétrica na região;

4 — Interligação do São Francisco com a bacia do Tocantins: com o ganho das águas do Rio do Sono, o afluente ficaria mais "encorpado", garantindo assim a transposição de suas águas, além de possibilitar a irrigação de mais 800mil hectares de terras às margens do Rio, o dobro da área já irrigada hoje;

ROBERTO SOARES



Diniz Cavalcanti destaca a importância do Rio para a vida dos nordestinos

5 — Transformação do Rio em Patrimônio e Paisagem Cultural da Humanidade: o título garantiria maior fiscalização, preservação e notoriedade internacional. Para isso, um dossiê será entregue, em julho, à Unesco, contendo o histórico do Rio e os pontos positivos da proposta, como a exploração turística do "Velho Chico".

A próxima reunião da Cipe ainda não tem data definida, mas deve ser realizada, este mês, em Pernambuco. O resultado da apreciação da moção deve ser efetivado até o final deste ano. "O Rio São Francisco é vida para o nordestino", completou o deputado Diniz Cavalcanti.

SEGURANÇA

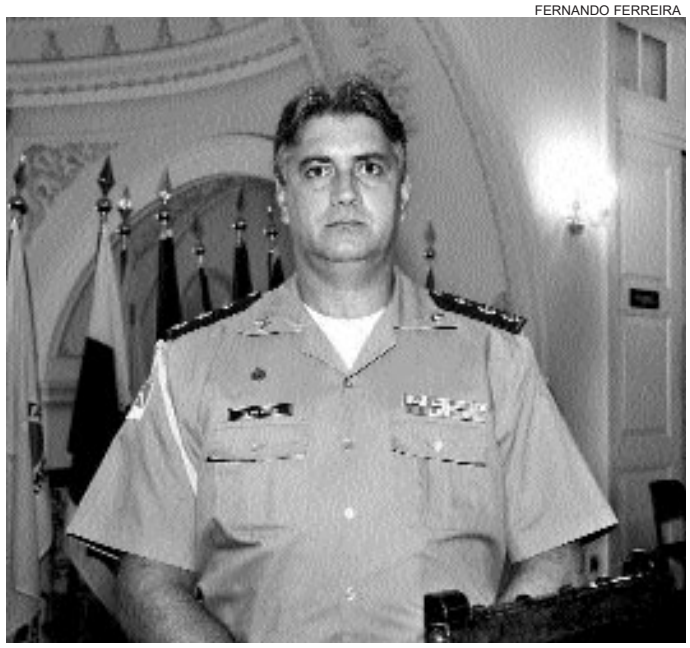
Curso treina efetivo da Assistência Policial Militar

Desde o mês passado, a Assistência Policial Militar da Assembléia Legislativa iniciou curso interno para todo o efetivo, repassando os conhecimentos adquiridos por oficiais, em Curitiba, envolvendo Proteção a Autoridades e Testemunhas, com Direção Tática Defensiva, Ofensiva e Anti-seqüestro.

Com o apoio da Escola do Legislativo, o curso, segundo o assistente-chefe, tenente-coronel Artur Ferraz, tem a finalidade de melhorar o preparo técnico do efetivo para desempenho da função de segurança pessoal. "Procuramos otimizar sua aplicação na execuções das missões inerentes à Assistência Militar junto aos parlamentares pernambucanos", esclarece.

O curso é dividido em três módulos, com 38 horas-aula (teóricas e práticas), abrangendo Escoltas (a pé e motorizadas), Direção Tática, Tiro e Armamento, Socorros de Urgência e Fundamentos Legais para Emprego de Arma de Fogo.

FERNANDO FERREIRA



Artur Ferraz: melhoramento técnico dos PMs

O tenente-coronel Artur Ferraz, os capitães Paulo Figueiredo, Ricardo Barbosa, Demétrio José Soares e o tenente Nelson Edson Júnior trouxeram a experiência vivida em Curitiba, onde freqüentaram aulas práticas e teóricas sobre ações de prevenção e segurança.

A Assistência Policial Militar da Assembléia Legislativa foi criada em julho de 1992, pela Lei 10.796, subordinada diretamente ao presidente da Casa. Anteriormente, existia a função de Assistente Policial Militar, que era exercida por oficial superior da PMPE. Em breve, passará a contar com o seu Regimento Interno, contendo normas gerais de ação.

O quadro da Assistência Militar é composto por 73 militares, dos quais 72 são PMs e um oficial Bombeiro, cedidos pela Polícia Militar por período renovável. Dentre esses, uma tenente, duas sargentos e oito soldadas. A função desempenhada pelos policiais à disposição da Alepe é considerada de natureza militar. Entre as missões desempenhadas, estão o hasteamento da Bandeira Nacional, deslocamento de PMs, segurança externa e interna. Além disso, presta serviço de proteção às autoridades ou testemunhas que participam das CPIs e reforça a segurança de parlamentares quando se deslocam a locais perigosos no Estado.

LIVROS

Coleção Ícones Pernambucanos será lançada no mês de agosto

Os jornalistas que fazem parte do Projeto Ícones Pernambucanos já começaram a entregar os originais dos livros. O primeiro foi Nagib Jorge Neto, que fez um panorama da literatura em Pernambuco. Está previsto para agosto o lançamento da coleção. Mais seis obras vão traçar ainda um panorama do esporte, teatro, cinema, artesanato, artes plásticas e música no Estado.

De acordo com Nagib, para a elaboração do livro, foi realizada uma pesquisa em cerca de 50 obras. "O trabalho foi exaustivo, e acredito que conseguimos oferecer um registro amplo da literatura em Pernambuco", destacou o autor, durante a entrega dos originais do livro ao presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, deputado Romário Dias (PFL).

Além de Nagib Jorge Neto, outros cinco jornalistas fazem parte do projeto. Alexandre Figuerôa fará o resgate do Teatro e do Cinema; Paulo Sérgio Scarpa vai tratar das Artes Plásticas; José Teles está registrando os momentos marcantes da Música; Jamildo Melo fará o trabalho sobre Artesanato e Fernando Menezes vai abordar o Esporte.

O projeto da atual Mesa Diretora da Assembléia Legislativa (Alepe) tem o objetivo de preservar a memória do Estado e divulgar as suas diversas manifestações culturais e artísticas. A iniciativa conta com a parceria do Sistema Jornal do Commercio e prevê também a doação de parte dos livros publicados à AACD, para que possa comercializar as obras e reverter seus lucros em favor dos trabalhos que desenvolve.

De acordo com o presidente da Alepe, as ações que vem desenvolvendo à frente da Assembléia têm duas preocupações: uma é com a transparência do Poder Legislativo; a outra é com a aproximação entre a instituição e a sociedade.

Uma das iniciativas já realizadas com o objetivo de preservar a memória do Estado é a publicação do Perfil Parlamentar-Século XX. A Alepe publicou, no ano passado, 22 livros que resgatam a trajetória política dos principais deputados que fizeram história na Casa Joaquim Nabuco. Também faz parte da coleção a obra Presença Feminina, que retrata a atuação das mulheres no Legislativo pernambucano.

ROBERTO SOARES



Nagib (d) entregou os originais sobre literatura ao presidente Romário Dias

CORTESIA/AGÊNCIA ESTADO



O volume sobre esportes destacará Rivaldo, da Seleção Brasileira de Futebol

BIBLIOTECA VIRTUAL

Jogos interativos para atrair leitores jovens

Acréscimo de manuscritos, além da adição de som e movimento aos textos que compõem as 22 biografias da Coleção Perfil Parlamentar-Século XX e o livro Presença Feminina. Essas são as novidades que estarão disponíveis na Biblioteca Virtual que está sendo elaborada pela Assembléia Legislativa de Pernambuco em convênio com a Fundação Gilberto Freyre.

A iniciativa garante que informações que não tenham constado dos livros possam ser inseridas, com a autorização dos autores e a colaboração das famílias dos biografados. A disponibilização do material pela internet visa fazer também com que um maior número de pessoas tenha acesso às biografias elaboradas.

De acordo com a coordenadora editorial do projeto, Leda Rivas, a transferência dos textos para linguagem virtual tem o propósito de atrair o público infanto-juvenil, familiarizando-o com a história política de Pernambuco. Ela destacou ainda que, com o objetivo de tornar a página mais interessante, estão sendo preparados jogos interativos e questionários.

A proposta do convênio é promover também a ampliação das bases de dados sobre a trajetória de personalidades que contribuíram para projetar o Estado, tornando-o respeitado por sua diversidade e por seu sincretismo político.

Para o presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, deputado Romário Dias (PFL), o trabalho busca dar continuidade à iniciativa de se aproximar ainda mais da sociedade por meio de ações relevantes para o registro da história do Estado.